

Prefácio do livro *East Timor: Bitter Paradise*, de Elaine Briere

Noam Chomsky

Tradução de Rita Alves

Resumo. Este artigo oferece-nos uma visão crítica da posição tomada pelas potências ocidentais em relação ao caso de Timor-Leste. Cúmplices no silêncio, essas potências deixaram que uma situação de autêntico terror se arrastasse, atingindo níveis que desafiam a imaginação. Pior que o silêncio é, contudo, o apoio (a tais atrocidades) por ele camuflado e a recusa à intervenção, a qual acaba por chegar, tardiamente, num filantropismo hipócrita. Trata-se de um artigo fundamental para a compreensão do comportamento político na defesa dos interesses internos, denunciando o caso particular de Timor-Leste.

Quando os Estados Unidos da América faziam planos para a ordem global, que viria a ganhar forma após a Segunda Guerra Mundial, não se esqueceram da pequena colônia portuguesa de Timor-Leste. Sumner Welles, Primeiro-Conselheiro de Roosevelt, comentou que deveria ser concedida a independência a Timor-Leste—mas “isso levaria uns mil anos, com certeza.” O cinismo acentuou-se com as proezas de guerra dos timorenses. Dez por cento da população perdera a vida defendendo umas poucas centenas de comandos australianos que permaneceram em Timor-Leste depois da invasão dos japoneses. James Dunn, um grande especialista australianos em assuntos de Timor-Leste, descreve esta questão como “uma das grandes catástrofes da Segunda Guerra Mundial.” Proporcionalmente à população, o caso representa também uma das contribuições mais extraordinárias para o esforço de guerra dos Aliados. A coragem e sacrifício dos timorenses talvez tenham salvado a Austrália de uma invasão, cujas consequências poderiam ter sido dramáticas.

Em 1975 os timorenses receberam um prémio. A invasão indonésia de Dezembro, precedida de incursões desde Outubro, foi antecipada pelas potências ocidentais. Em Agosto, o embaixador australiano em Jacarta, Richard Woolcott, aconselhou Camberra, através de uma linha secreta, a apoiar a invasão indonésia pendente, uma vez que um acordo em relação às reservas de petróleo do *Timor Gap* seria mais proveitoso com a Indonésia “do que com Portugal ou com Timor independente.” Adoptando a postura do “realismo kissingeriano,” Woolcott defendia ainda que a Austrália deveria tomar “uma posição pragmática em detrimento de uma posição de princípios.” “É disso afinal que se trata o interesse nacional e a política externa,” acrescentou.

Woolcott estava completamente certo acerca da política externa e do realismo kissingeriano; estava também certo quanto ao interesse nacional, se usarmos o termo no sentido técnico, onde a relação com os interesses da nação é apenas accidental (frequentemente nociva) mas reflecte de forma muito aproximada os interesses presumíveis do poder interno. Esta última observação acerca das sociedades ocidentais é tão velha como a crítica de Adam Smith aos “principais arquitectos” da política na Inglaterra do seu tempo, esses “comerciantes e fabricantes” que só queriam saber se os seus próprios interesses “eram atendidos ao pormenor,” não importando o quão “penosas” pudessem ser as consequências para os outros grupos, incluindo a nação inglesa. Um motivo de peso para o sigilo governamental é o reconhecimento do facto de que o que se faz em nome do “interesse nacional” não será tolerado pela população; a “posição pragmática” de Woolcott é um bom exemplo disso.

Washington seguia também, sem surpresa, o rumo do realismo kissingeriano. O embaixador norte-americano em Jacarta tinha informado Woolcott de que ele tinha “ordem do próprio Kissinger para não se envolver em discussões sobre Timor com os indonésios.” Chegara à conclusão de que os EUA deveriam “deixar que as coisas tomassem o seu próprio rumo” sem o envolvimento dos EUA — com a excepção do fornecimento à Indonésia de noventa por cento do armamento da mesma, cujo uso se restringia à defesa, com base num acordo solene. Kissinger e o Presidente Ford autorizaram a invasão em segredo e, sob a protecção de um embargo de armas, aumentaram rapidamente a circulação das mesmas, incluindo equipamento anti-guerrilha letal. O Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou a agressão da Indonésia e ordenou que a mesma se retirasse imediatamente. Os EUA aliam-se formalmente a esta decisão, facto sem grande importância, como veio

a explicar uns anos mais tarde nas suas memórias o embaixador dos EUA nas Nações Unidas, Daniel Patrick Moynihan. Seguindo as directivas do Ministério dos Negócios Estrangeiros norte-americano, Moynihan orgulhou-se de ter assegurado a “total ineficácia” da ONU em qualquer acção que esta quisesse levar adiante contra a invasão e os consequentes massacres, dos quais ele estava plenamente consciente. Embora estes tenham sido, sem dúvida, os actos mais significativos da carreira de Moynihan em termos de consequências humanitárias, foram completamente omitidos nos louvores que lhe foram dirigidos pelos distintos intelectuais aquando da sua saída do Senado em 1999. Tais actos nem sequer diminuíram a sua reputação enquanto voz solitária e corajosa em apelo ao respeito pelo direito internacional.

Talvez faça sentido que o Ocidente tivesse respondido desta maneira àquele que deverá ter sido o pior massacre em termos populacionais depois do Holocausto. Apenas dez anos antes, o Presidente Suharto chegara ao poder na Indonésia, altura em que ocorria um “massacre arrepiante de enorme escala” (*New York Times*), comparado pela CIA com os crimes de Hitler, Estaline e Mao. Os factos, sem ocultação dos pontos essenciais, deram origem a uma euforia desmedida entre a generalidade dos sectores de elite, incluindo o da comunicação social, assim como ao enaltecimento de Washington por não ter dado muita importância ao seu próprio papel com o intuito de não prejudicar os “indonésios moderados” que tinham chegado ao poder, o que abriu as portas do país para a exploração dos seus valiosos recursos.

Por volta de 1978, as operações indonésias em Timor-Leste estavam muito próximas de atingir os níveis do genocídio. O Presidente Carter acelerou a circulação de armas, recorrendo mesmo a Israel, cliente de Washington, para escapar às restrições do Congresso relativamente ao envio de aviões a jacto. A Grã-Bretanha entrou na corrida, tornando-se rapidamente no maior fornecedor de armas da Indonésia. A França juntou-se também, garantindo defender a Indonésia das críticas nos fóruns internacionais, fornecendo-a, ao mesmo tempo, com aeronaves militares e equipamento para a produção de armas. Conscientes da oportunidade, também outros tiraram partido do terror e das atrocidades cometidas em Timor-Leste.

Apesar da cobertura dos acontecimentos ser limitada e enganosa, os factos mais básicos podiam ser descobertos. Eram, no entanto, muito pouco interessantes para merecer a atenção das elites ocidentais, comparando com a tarefa muito mais urgente de professar o enorme choque provocado pelos crimes dos inimigos oficiais na Indochina do pós-guerra. Deslizes casuais na

silenciosa cumplicidade com atrocidades terríveis chegaram, por vezes, a provocar uma reacção: o aborrecimento. Stanley Karnow, respeitável especialista em assuntos asiáticos e correspondente internacional, falou em nome de muitos quando informou uma publicação jornalística de renome que ele próprio ainda não tinha conseguido ler um dos poucos relatórios de imprensa existentes (o qual excluía o papel dos EUA, o que seria, obviamente, a informação mais importante). “Apenas ainda não tive tempo,” explicou, “não teve nada a ver comigo.” Aquilo que “tem a ver connosco” são os crimes dos outros, não os nossos, os quais poderíamos mitigar ou terminar com o simples retirar da nossa participação — uma característica bem comum na história intelectual.

O registo é austero e, por isso, suprimido quase na totalidade, não sendo um candidato provável às memórias históricas. Ensina realmente bastante sobre o *realismo* que orienta o planeamento político e a cultura intelectual da qual dependem os seus êxitos.

A supressão e a evasão não se devem à distância de Timor-Leste; desculpa, aliás, grotesca em qualquer dos casos. A cobertura dos acontecimentos era substancial antes da invasão indonésia, reflectindo as preocupações de Washington relativamente à queda do fascismo português e o destino das suas posses imperiais. Assim que a Indonésia resolveu o problema através da invasão e massacres, a atenção diminuiu, chegando a atingir virtualmente o valor zero em 1978, altura em que as atrocidades e o número de mortos atingiam os seus valores mais altos. Em África, qualquer possibilidade de independência significativa para as ex-colónias portuguesas era ameaçada pelas intervenções da África do Sul, apoiadas pela dupla EUA/Reino Unido, que custaram a vida a um milhão e meio de pessoas e causaram estragos de sessenta mil milhões de dólares, e isto só durante os anos da “acção de construção” reaganiana, de acordo com os dados de uma investigação efectuada por um Grupo de Trabalho Inter-Agências da ONU. No sudeste asiático a Indonésia comportou-se de igual modo. Em ambos os casos a cobertura jornalística e o interesse das elites abrandava quando o número de atrocidades aumentava e a ameaça de independência se dissipava.

No caso de Timor-Leste, o objectivo da auto-determinação apoiado pelas Nações Unidas (e mais tarde pelo Tribunal Internacional de Justiça) parecia irremediavelmente inatingível tendo em conta a constelação de forças: um povo minúsculo e esquecido, que se confrontava com a impiedosa violência indonésia totalmente apoiada pela super-potência reinante e os seus aliados,

e com meios de atingir o público ocidental barrado pela auto-censura, com a excepção dos casos da Austrália e Portugal, onde havia informação abundante e oposição popular activa, apesar dos esforços do governo australiano para esconder a parte feia da história. Ben Kiernan, especialista australiano em assuntos do sudeste asiático, actualmente a leccionar na Universidade de Yale, relata o seguinte:

Nas montanhas escarpadas, com um pequeno rádio montado no dorso de um burro, as guerrilhas pró-independência da Fretilin transmitiam escassas notícias do território fechado. Para apaziguar Jacarta, o governo australiano tentou bloquear as transmissões através do mar de Arafura. A polícia confiscou o transreceptor, que era operado por um timorense em Darwin. Um grupo constituído por esquerdistas australianos, trabalhadores das docas, timorenses e aborígenes montaram um transreceptor móvel. Durante três anos foram-se deslocando pelas margens do interior australiano, comunicando com a resistência e tornando pública a tragédia. A Polícia Federal fez uma busca no Território do Norte mas foram incapazes de acabar com a ligação de rádio.

Também noutros locais, a informação começou lentamente a passar, pelo menos para algumas partes do público, e os protestos, que entretanto também tinham começado, ganharam alguma projecção. No entanto, apesar do trabalho de activistas dedicados, jovens na sua maioria e tão poucos que poderiam ser facilmente listados, o impacto foi demasiado leve para dissuadir a participação numa outra “grande catástrofe,” esta ainda pior do que aquela pela qual o Japão tinha sido responsável. O Japão, aliás, honrava as suas dívidas de forma generosa, ao fornecer o crucial apoio diplomático e económico aos agressores indonésios.

Em 1979, a Austrália torna-se a única potência ocidental a conceder o reconhecimento de direito da anexação de Timor-Leste pela Indonésia em 1976. Um factor crucial foi, presumivelmente, o interesse do petróleo, enfatizado por Woolcott na véspera da invasão. Em 1989 foi assinado um tratado entre a Austrália e a Indonésia para roubar o petróleo de Timor-Leste, posto em prática imediatamente a seguir ao massacre de Díli, onde foram mortos centenas de timorenses. Como amargamente noticiou a imprensa australiana, o tratado foi o primeiro instrumento internacional que reconheceu oficialmente os direitos da Indonésia na “Província Indonésia de Timor-Leste,” não oferecendo nada aos seus habitantes.

O massacre de Díli não foi fácil de suprimir. Foi filmado por um fotoperiodista britânico e transmitido na Grã-Bretanha. Além disso, dois jornalistas americanos, Alan Nairn e Amy Goodman, quase foram mortos. Não é coisa que se faça, tendo originado, assim, aquilo que já é costume quando se cometem erros deste tipo: uma comissão de investigação que aplicou sentenças leves a funcionários de estatuto inferior, absolvendo os responsáveis. Também originou restrições do Congresso relativamente à venda de armas americanas e ao treino de oficiais militares indonésios, às quais Clinton se conseguiu evadir através de algumas manobras intrincadas que irritaram o Congresso mas que não suscitaram outras reacções.

Por essa altura, desenvolvera-se em alguns países grupos substanciais de solidariedade, que começavam a ter a sua influência; outra razão para o massacre de Díli não poder ser facilmente ignorado. Foi a este respeito que o maravilhoso trabalho de fotografia de Elaine Briere, para não falar do seu activismo intenso, teve efeitos de tão grande alcance. Nada nos confrontou com a dimensão humana destas tragédias terríveis de forma mais eficaz e poderosa. É uma contribuição duradoura e não menos importante perante as outras tarefas, todas de grande seriedade, que se seguiriam.

Apesar destes desenvolvimentos, todos eles bem-vindos, o sistema não se alterou. Enquanto supervisionava o processo contínuo da obliteração de Timor-Leste e compilava um dos piores registos de direitos humanos dos finais do século vinte na própria Indonésia, o Presidente Suharto continuava “um dos nossos,” como foi descrito pela administração Clinton, em 1995, quando Suharto foi convidado a visitar Washington. Também outros louvaram o seu desígnio “benigno,” “moderação” e bom trabalho na generalidade. Assim continuaram as coisas até 1998, quando Suharto cometeu alguns crimes a sério: começou a arrastar a execução das ordens rígidas do FMI e visivelmente a perder o controlo a favor de forças populares pró-democráticas. Em Maio, a Ministra dos Negócios Estrangeiros norte-americana, Madeleine Albright, informa-o de que era já tempo para “uma transição democrática.” Poucas horas mais tarde, Suharto transfere a autoridade formal para B. J. Habibie, o vice-presidente escolhido por ele. Os eventos não tiveram, obviamente, uma simples relação causa-efeito, mas simbolizam as relações que vigoravam, como se viria a demonstrar, de forma bem mais dramática, em meados de Setembro de 1999.

Para surpresa de todos, Habibie autorizou um referendo. As Forças Armadas (ABRI, actualmente TNI) tinham, no entanto, outras ideias. Nos

finais de 1998, os serviços secretos australianos — e, com certeza, os serviços secretos americanos e britânicos — estavam bem cientes de que novas forças indonésias estavam a desembarcar, incluindo unidades de comando do Kopassus treinadas nos EUA, célebres pela sua brutalidade, e que as mesmas estavam a organizar forças paramilitares locais (“milícias”) a quem iriam, segundo as palavras do especialista dos serviços secretos australianos Desmond Ball, “subcontratar” a violência — uma técnica clássica para procurar obter “meios plausíveis” para negar atrocidades. O objectivo era assegurar que o resultado de um possível referendo fosse “o certo.”

Por volta do início de 1999 estavam em curso vários massacres e os altos oficiais das TNI deixavam claro que pior iria acontecer se a intimidação pelo terror não fosse suficiente. Os EUA e a Grã-Bretanha mantinham o seu apoio; nos EUA — um silêncio virtual. A imprensa nem sequer referiu as resoluções unânimes do Senado de Junho de 1999, que apelavam à Administração Clinton que “intensificasse os seus esforços” — os quais eram indetectáveis — “para persuadir o Governo e as Forças Armadas da Indonésia” a acabar com as milícias. Como resposta, o Ministério dos Negócios Estrangeiros norte-americano repetiu a doutrina oficial — “as Forças Armadas indonésias são responsáveis por ter as milícias sob controlo” — as mesmas milícias que organizavam e chefiavam, facto de que os serviços secretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros estavam certamente a par; bastaria ler a imprensa estrangeira, além de que estavam a ser utilizados meios de vigilância do mais alto-nível. Washington não tinha, no entanto, a responsabilidade de reduzir a sua participação nas contínuas atrocidades das TNI. O número de mortos definia-se em milhares antes do referendo de 30 de Agosto, de acordo com fontes da Igreja e John Taylor, na sua reconhecida história da luta timorense pela independência.

Cinco dias antes do referendo, o Pentágono terminou “um treino para os EUA e a Indonésia direccionado para actividades de ajuda humanitária e de emergência.” O anúncio oficial foi feito ao mesmo tempo que se iniciava o episódio seguinte do terror em massa, mas não causou qualquer vergonha nem levantou nenhuma reacção, uma vez que (como de costume) não foi noticiado.

A 30 de Agosto, num acto de coragem, perante o qual falham as palavras, os timorenses votaram massivamente a favor da independência. As TNI levaram imediatamente a cabo os seus planos para a destruição virtual do território. Os EUA observaram em silêncio. No dia 8 de Setembro, bastante depois da maior parte do país ter sido destruída e a população brutalmente

expulsa, o Ministro da Defesa, William Cohen, repetiu a explicação oficial relativa à incapacidade dos EUA de acabar com os crimes em que continuavam a participar: a segurança interna de Timor-Leste “é da responsabilidade do Governo da Indonésia e nós não queremos retirar-lhe essa responsabilidade.” Continuava a prevalecer o “realismo kissingeriano.” Tal como explicou um alto diplomata em Jacarta no mesmo dia, “importa a Indonésia, Timor-Leste não.” “Timor-Leste é uma carta fora do baralho neste jogo,” em retórica oficial.

Sob pressão interna e internacional intensa, os cálculos pragmáticos mudaram — um alto oficial do governo concluiu: “Há uma carta muito boa chamada Austrália e é com ela que temos que jogar.” Quando Clinton informou os Generais de que o jogo tinha chegado ao fim, retiraram-se rapidamente, permitindo que uma força de imposição de paz (INTERFET) da ONU liderada pela Austrália entrasse no território sem oposição. Os comandantes das TNI declararam até ao último minuto, com muita persuasão, que nunca tal iriam fazer. Mais uma vez aprendemos uma lição muito clara sobre onde fica o poder e sobre o que teria sido necessário para acabar com os horrores de um quarto de século, os quais em nenhum momento conheceram qualquer intervenção — apenas o afastamento de participação crucial. Essa lição é também inaceitável e, por isso, suprimida. O que aconteceu realmente foi que nós fechámos os olhos e não interviemos para tentar acabar com as atrocidades, e quando finalmente demos por elas, levámos a cabo um nobre exercício de “intervenção humanitária.”

Clinton apresentou a versão aprovada nas suas próprias palavras: “Não me parece que a América nem nenhum dos outros países estivesse suficientemente sensível ao princípio... nem durante muito tempo antes de 1999, recuando até aos anos setenta, até ao sofrimento do povo de Timor-Leste,” mas “quando se me tornou óbvio o que se estava realmente a passar... tentei certificar-me de que estávamos com a política certa.” O discernimento surgiu algures entre o dia oito e onze de Setembro de 1999, quando Washington se apercebeu da carta no baralho juntamente com outras pressões: uma carta que importava, e que não era o povo de Timor-Leste. Os “EUA nunca tentaram sancionar ou apoiar a opressão em Timor-Leste” — isto enquanto forneciam apoio militar e diplomático crucial para essa “opressão,” continuando a fazê-lo até ao último paroxismo da fúria. Mas, como disse Clinton, com boas razões para o fazer, não devemos “olhar para trás.”

A Grã-Bretanha, sendo de compreensão um pouco lenta, continuou a enviar aviões *Hawk* para a Indonésia depois da INTERFET estar no terreno

há vários dias, duas semanas depois da União Europeia ter decretado um embargo e duas semanas depois da Força Aérea Indonésia ter alinhado os *Hawks* britânicos “preparando-se para qualquer intromissão aérea vinda do estrangeiro na parte este do território indonésio, especialmente em Timor-Leste.” Robin Cook, Ministro dos Negócios Estrangeiros, autor da “política externa ética” do Partido Trabalhista, justificou-se apoiando-se no facto do governo “ter o dever de manter uma indústria de defesa forte, a qual representa uma parte estratégica da nossa base industrial,” tal como nos EUA.

A próxima “responsabilidade” era ignorar o destino amargo dos refugiados deslocados para o Timor Ocidental indonésio e os apelos dos timorenses, da ONU, e das forças de imposição de paz no sentido de serem enviados investigadores para fazerem o estudo dos acontecimentos. O contraste com o Kosovo era ao mesmo tempo particularmente notável. Num instante, o Kosovo ficou inundado de investigadores forenses para se tentar encontrar provas de crimes sérvios cometidos após o bombardeamento da OTAN, segundo a lógica curiosa, que passa sem se questionar, que tais crimes fornecem a justificação para o ataque, do qual eles foram a consequência antecipada. Clinton também pediu que o já limitado apoio à INTERFET fosse reduzido. Um Tribunal Internacional é inadmissível, mais uma vez ao contrário do Kosovo, onde Milosevic é acusado durante o período dos bombardeamentos, segundo os relatórios dos serviços secretos da dupla EUA/Reino Unido sobre os seus crimes, cometidos depois do início dos bombardeamentos (praticamente sem excepções).

Não é difícil compreender as razões para esta reacção diferencial. Os crimes só são crimes quando podem ser atribuídos a algum inimigo oficial. Caso contrário, são, no máximo, erros de omissão, falhas compreensíveis num nobre cadastro.

A vitória do povo de Timor-Leste é uma grande façanha. É difícil apontar um precedente histórico. Deveria estimular a humildade e a dedicação. Os timorenses têm tarefas gigantescas à sua frente: os problemas imediatos de sobrevivência e de encontrar uma maneira de viver uns com os outros e com o seu vizinho poderoso e ameaçador, sempre na sombra das grandes potências.

Nós também temos tarefas a cumprir, mas bem mais fáceis. A primeira é encarar o passado com honestidade, atribuir as responsabilidades a quem as deve, não poupando ninguém, nem nos importando se o dedo for apontado a pouca distância de casa. Uma tarefa mais urgente é o pagamento dos enormes prejuízos de guerra como uma forma de tentar compensar o que fizemos, pelo menos em alguma medida.

Além disso, dever-nos-famos inspirar no triunfo dos timorenses para irmos mais além: olhar mais de perto para as origens de uma “posição pragmática em detrimento de uma posição de princípios; é disso afinal que se trata o interesse nacional e a política externa,” segundo os “principais arquitectos” da política. E olhar também para as consequências que saltam à vista em muitas partes do mundo. Deveríamos, decididamente, mais do que tudo, “olhar para trás,” rejeitando as insistências de Clinton, e daí aprender a “olhar para a frente” e agir de modo a não provocar novas tragédias a pessoas que sofrem, mas antes promover e alimentar a esperança delas num mundo melhor.

© 2002 Noam Chomsky. Artigo a publicar no livro de Elaine Brier, *East Timor: Bitter Paradise*. Toronto: Between the Lines, 2003. URL: www.btlbooks.com

Noam Chomsky, linguísta norte-americano, é professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT) desde 1954. De família judaica de origem russa, depois de se dedicar ao estudo do hebreu, abriu um novo paradigma na história da Linguística ao chamar a atenção para o aspecto da “criatividade” da linguagem, formulando o que chamou “gramática generativa transformacional.” Considera, na linha da filosofia racionalista, as estruturas linguísticas como universais inatos. Conhecido no mundo inteiro pelo seu activismo político, Chomsky escreveu mais de trinta livros sobre a política norte-americana de “intervencionismo” no mundo em desenvolvimento e o papel dos grandes media na propaganda desta política. É também um velho “guerreiro” da causa de Timor-Leste; acompanhou e denunciou, desde a primeira hora, o envolvimento directo dos Estados Unidos e o seu apoio ao Governo de Suharto. Em 1979 escreveu *A Guerra Escondida em Timor-Leste*, uma viagem impiedosa pela política dos EUA face a Jacarta desde o fim da II Guerra Mundial. E-mail: chomsky@mit.edu

Rita Alves é finalista do curso de Línguas e Literaturas Modernas, variante Estudos Ingleses e Alemães—Ramo de Tradução (Inglês-Português-Inglês) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em 2000/2001 fez parte de um programa de intercâmbio universitário na Universidade de Mainz (FASK Gernersheim), Alemanha, onde continuou a estudar a língua e cultura alemãs. Estagiou como tradutora no Center for Portuguese Studies and Culture na Universidade de Massachusetts Dartmouth, nos Estados Unidos no Outono de 2002. E-mail: rcalves@sapo.pt